



Evento	Salão UFRGS 2013: SIC - XXV SALÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UFRGS
Ano	2013
Local	Porto Alegre - RS
Título	A teoria feminista na historiografia: uma análise do livro Nova História das Mulheres no Brasil
Autor	LAURA SPRITZER GALLI
Orientador	CELI REGINA JARDIM PINTO

Integrando o projeto da professora Céli Regina Jardim Pinto, intitulado “Para uma teoria da democracia em cenários de desigualdade: a contribuição da teoria política feminista”, esta pesquisa, em andamento, tem por objetivos investigar e refletir a respeito da produção historiográfica recente sobre mulheres, no Brasil. Proponho-me a pensar as contribuições da teoria feminista para a historiografia e, especificamente, identificá-las no livro *Nova História das Mulheres no Brasil*, organizado por Carla Pinsky e Joana Pedro e lançado no início de 2012. Para essa análise, me apoio em textos de teóricas feministas que dialogam com a escrita da história e procuro me apropriar do debate acerca das categorias “mulheres” e “gênero” dentro de um chamado “feminismo na academia”.

Esse livro pode ser visto como um reflexo das últimas produções dentro da temática, além de trazer um componente interessante, que é a intenção das organizadoras de atingir um público amplo, incluindo aí profissionais ligados às políticas públicas para as mulheres, o que mostra o viés político da obra. Traz capítulos que abordam diversas temáticas e autoras na busca das organizadoras de mostrar a “unidade na diversidade” de temas possíveis dentro da experiência de “ser mulher” na abordagem historiográfica.

O debate que levo em conta se desenvolve em torno de duas categorias: primeiro, “mulheres”, como um objeto a ser estudado, um termo muitas vezes não explicado, referindo-se a um grupo supostamente homogêneo; e “gênero”, como categoria de análise a partir da qual se pode examinar como se dão determinadas relações na sociedade. Investiguei, no livro mencionado, se as autoras trazem em seus textos debates teóricos a respeito dessas categorias. Para o caso de resposta positiva, questionei como trazem esse ponto no texto ou, para o caso negativo, porque não trazem. Busquei relacionar esses questionamentos com os temas de cada capítulo e com o objetivo do livro de atingir um público não só acadêmico. A intenção de ser acessível distancia os textos dos debates teóricos?

Minha análise se centrou na leitura e sistematização dos diferentes capítulos para que fosse possível me apropriar do todo do livro e das diferentes visões das autoras. Anotei as bibliografias utilizadas, os autores citados como referência, se estes foram recorrentes ou não, e as fontes empregadas, para desvendar possíveis semelhanças entre os textos. Assim, pude perceber como se articulam as diferentes temáticas do livro entre si e em relação ao debate teórico citado.

A investigação sobre as categorias “mulheres” e “gênero” evidencia o uso político da categoria “mulheres”. Há teóricas feministas que argumentam por uma volta à utilização desse termo justamente por trazer uma noção de identidade e de unidade maior que em “gênero”, noções necessárias para levar adiante as pautas feministas. Esse retorno, porém, não significaria abandonar os avanços que as análises de gênero trouxeram – ao contrário, agregaria uma unidade à luta política feminista, sem deixar de lado as particularidades de cada grupo social e suas identidades. No livro estudado, que mostra já na apresentação seu viés político, é notável o uso da categoria “mulheres” (em detrimento de “gênero”) para atingir leitores não necessariamente familiarizados com essas discussões e que possam levar adiante os debates e pautas feministas. Portanto, uma conclusão preliminar que aponto é a de que em vez de a tentativa de se tornar acessível afasta o debate teórico dos textos, a escolha do uso da categoria “mulheres” apenas evidencia o caráter político da obra, de busca de uma identidade pela qual se possa lutar, considerando as diferenças.